



01 DE DEZEMBRO DE 2017

Sexta-feira

- CENTRAIS SINDICAIS CANCELAM GREVE CONTRA REFORMA DA PREVIDÊNCIA
- APÓS REFORMA, SINDICATOS PASSAM A COBRAR PARA HOMOLOGAR RESCISÃO
- FÓRUM NACIONAL DA INDÚSTRIA, DA CNI, AVALIA PRIORIDADES PARA O PAÍS
- CONSÓRCIO DE INSTITUIÇÕES BRASILEIRAS E EUROPEIAS INAUGURA ESCRITÓRIO NO BRASIL
- MDIC E ABDI LANÇAM COLETÂNEA DE GUIAS BIM
- INDÚSTRIA DO BRASIL TEM MAIOR EXPANSÃO EM QUASE SETE ANOS EM NOVEMBRO E OTIMISMO MELHORA, MOSTRA PMI
- INVESTIMENTOS REAGEM APÓS UM ANO EM QUEDA; INDÚSTRIA TEM MELHORA
- INDÚSTRIA TEME ALTA DO JURO JÁ EM 2018 SE NÃO HOUVER REFORMA DA PREVIDÊNCIA
- O BRASIL PODE (E DEVE) SER PIVÔ DOS GRANDES ACORDOS COMERCIAIS
- REFIS PARA MICRO E PEQUENAS TERÁ PAGAMENTO INICIAL DE 5% DA DÍVIDA
- 5 MULTAS DO eSOCIAL QUE A SUA EMPRESA PODE SOFRER SE NÃO SE ADEQUAR
- GOVERNO NÃO TEM VOTOS SUFICIENTES PARA APROVAR A NOVA PREVIDÊNCIA
- 'BASE NÃO ESTÁ ARTICULADA', DIZ RODRIGO MAIA SOBRE REFORMA DA PREVIDÊNCIA
- ECONOMIA DO BRASIL CRESCE 0,1% E FICA ESTÁVEL NO 3º TRIMESTRE
- PIB CRESCE 0,1% NO 3º TRIMESTRE, PUXADO POR CONSUMO E INVESTIMENTOS
- VENDAS DE COMBUSTÍVEIS NO BRASIL EM OUTUBRO CRESCEM 4,4% PUXADAS POR DIESEL E ETANOL
- SETOR DE AÇO PREVÊ ALTA DE 4% NAS VENDAS NO BRASIL EM 2018
- AVANÇO DO SETOR DE AÇO SERÁ GRADUAL
- BORGWARNER AVANÇA NA REMANUFATURA DE TURBOS

- ENGIE QUER LEVAR TRANSPARÊNCIA AO MERCADO DE REPARAÇÃO AUTOMOTIVA
- METALÚRGICA DS TEM RECUPERAÇÃO JUDICIAL APROVADA
- HENKEL PREVÊ AUMENTO DOS NEGÓCIOS COM CARRO ELÉTRICO
- SOTREQ LANÇA SOFTWARE PARA MONITORAR MÁQUINAS DE CONSTRUÇÃO

CÂMBIO EM 01/12/2017		
	Compra	Venda
Dólar	3,262	3,262
Euro	3,869	3,870

Fonte: BACEN

Centrais sindicais cancelam greve contra reforma da Previdência

01/12/2017 – Fonte: Folha de S. Paulo

As centrais sindicais decidiram suspender a greve nacional convocada para terça-feira (5), "após o cancelamento da votação da reforma da Previdência no dia 6", disseram seis entidades —CUT, Força Sindical, UGT, CTB, Nova Central e CSB— em nota nesta sexta-feira (1º).

"Diante da informação que a proposta de reforma da Previdência não será votada na próxima semana, decidimos suspender a greve marcada para 5 de dezembro", afirmaram.

A ideia inicial do governo era votar a proposta na quarta-feira (6), mas agora já se trabalha com a data de 13 de dezembro, perto das férias parlamentares.

Na quinta-feira (30), o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), disse que o governo ainda está longe de atingir o número necessário de votos para aprovar as mudanças.

"Se não tiver voto, não vamos marcar a data. Falta muito, mas ainda não fiz a conta, então não vou falar um número. A base não está articulada como deveria", afirmou.

Levantamento da **Folha** mostrou nesta sexta que o governo não tem os 308 votos favoráveis necessários para aprovar a reforma, uma das principais bandeiras da gestão de Michel Temer.

Ao menos 213 parlamentares devem votar contra a proposta, de acordo com enquête feita entre os dias 27 e 30 de novembro. Veja aqui a intenção de voto de cada deputado.

"Ressaltamos que a pressão do movimento sindical foi fundamental para o cancelamento da votação", disseram as entidades, afirmando que se manterão "mobilizados e em estado de alerta de greve."

"Intensificaremos também a luta por mudanças na Medida Provisória (MP) da reforma trabalhista, que está em análise no Congresso Nacional."

Após reforma, sindicatos passam a cobrar para homologar rescisão

01/12/2017 – Fonte: Folha de S. Paulo



A reforma trabalhista, em vigor desde o dia 11, acabou com a necessidade de homologar rescisões de contratos de trabalho nos sindicatos. Algumas entidades, no entanto, mantiveram o serviço e, em alguns casos, passaram a cobrar por ele. As empresas pagam a taxa.

A reforma derrubou um trecho da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho) que proibia a cobrança de taxa pela homologação de rescisão e permitiu expressamente que ela seja feita na empresa, e não mais no sindicato.

A homologação é feita para conferir se os direitos –férias, décimo terceiro salário proporcional, multa– foram pagos da maneira correta pela empresa. Manter o serviço é uma das principais demandas sindicais depois da implementação da reforma trabalhista.

O Sindicato dos Comerciários de São Paulo (SEC-SP), ligado à UGT (União Geral dos Trabalhadores), continua praticando a homologação das rescisões e cobra uma taxa de R\$ 35 das empresas.

A UGT afirma que a cobrança foi decidida em acordo com os empresários.

"A empresa é quem deve pagar, o trabalhador já está pagando com o emprego dele", diz Ricardo Patah, presidente da UGT e do SEC-SP.

"É um serviço que custa caro, e agora podemos cobrir uma parte desse custo."

O imposto sindical, extinto pela reforma, hoje representa 30% do orçamento do SEC-SP, de acordo com Patah, e a cobrança de uma taxa para homologar rescisões ajuda a recuperar essa verba.

No Sindicato dos Auxiliares e Técnicos de Enfermagem de São Paulo, ligado à Força Sindical, o valor cobrado para a homologação é de R\$ 60. A entidade diz que as empresas preferem pagar para garantir que não haverá passivo trabalhista depois.

COBRANÇA JUSTA

Para o secretário-geral da Força, João Carlos Gonçalves Juruna, a cobrança é justa, já que o sindicato não é mais obrigado a fazer a homologação individual dos contratos.

Domingos Fortunato, advogado trabalhista do Mattos Filho, afirma que, se não estiver explícita na convenção coletiva, faria mais sentido se a taxa fosse cobrada do trabalhador.

"A empresa não pode ser obrigada a custear atividades sindicais."

Delano Coimbra, assessor jurídico da FecomercioSP, diz que a obrigatoriedade de homologação "dá uma garantia maior para as empresas e para os escritórios contábeis que fazem os cálculos".

Ele afirma que faz sentido que a empresa pague a taxa, pois é a principal interessada no serviço. "Manter a homologação é interessante para ambas as partes."

A CUT (Central Única dos Trabalhadores) diz não saber se os sindicatos ligados à central estão cobrando taxa.

Fórum Nacional da Indústria, da CNI, avalia prioridades para o país

01/12/2017 – Fonte: CNI

Reunião coordenada pelo presidente da Confederação Nacional da Indústria, Robson Braga de Andrade, discutiu propostas a serem apresentadas aos candidatos às eleições de 2018

As propostas que os empresários brasileiros apresentarão aos candidatos às eleições de 2018 começaram a ser debatidas na reunião do Fórum Nacional da Indústria, realizada nesta quinta-feira (30), em São Paulo.

No último encontro deste ano, coordenado pelo presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Robson Braga de Andrade, os empresários avaliaram que, entre os temas prioritários na agenda do próximo governo devem estar a segurança jurídica, a eficiência do estado e a qualidade da educação. Também são consideradas prioridades as relações do trabalho, a infraestrutura e as condições de financiamento.

A agenda, avaliaram os empresários, também deve contemplar as reformas estruturais, como a tributária. Além disso, o Fórum avaliou as propostas para a governança na área de comércio exterior e a importância dos sindicatos patronais para as ações de defesa de interesse da indústria.

SAIBA MAIS - O Fórum Nacional da Indústria é um órgão consultivo da diretoria da CNI, que reúne 44 presidentes de associações nacionais setoriais da indústria e dirigentes de federações estaduais do setor. Os empresários se reúnem periodicamente para discutir temas de interesse nacional que têm impacto na indústria e na economia.

Consórcio de instituições brasileiras e europeias inaugura escritório no Brasil

01/12/2017 – Fonte: CNI

União Europeia vai investir 3 milhões de Euros na implantação do centro Enrich, destinado a estimular pesquisa, inovação e negócios entre empresas, que terá sedes em Brasília, no Rio de Janeiro e em São Paulo; SENAI e Unicamp estão entre as quatro entidades nacionais que participam do grupo

O Enrich no Brasil vai oferecer serviços às empresas como suporte à internacionalização, networking, treinamentos, aceleração de negócios e atração de investimentos



Um grupo de quatro instituições brasileiras, entre as quais o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e a Universidade de Campinas (Unicamp), e oito europeias (de Alemanha, Portugal, Bélgica, Áustria, Espanha e Turquia) uniu-se em consórcio para estimular pesquisa, inovação e a realização de negócios entre Brasil e Europa.

A União Europeia vai investir 3 milhões de Euros para implantação do European Network of Research and Innovation Centres and Hubs (Enrich), que já existe nos Estados Unidos e na China. O primeiro escritório foi inaugurado em Brasília, nesta quarta-feira (29). Outros dois serão montados em São Paulo e no Rio de Janeiro.

O Enrich no Brasil vai oferecer serviços às empresas como suporte à internacionalização, networking, treinamentos, aceleração de negócios, atração de investimentos, entre outros.

A ideia é que o centro seja o ponto de contato para empresas e instituições que possuem interesse em realizar negócios, pesquisa e inovação nos países integrantes do consórcio. A coordenação será feita pelo Instituto Fraunhofer IPK, integrante da maior organização de pesquisa aplicada da Europa, a Sociedade Fraunhofer, que possui mais de 80 centros espalhados no mundo, tendo como base uma rede de 67 institutos na Alemanha.

Durante a inauguração do escritório em Brasília, o embaixador da Delegação da União Europeia, João Gomes Cravinho, destacou a estreita relação entre o Brasil e a Europa. "Esse processo de investimento mútuo é um ato de fé.

Quando empresários decidem pôr dinheiro em outra parte do mundo, eles manifestam a convicção de que essa parte do mundo tem um grande futuro e querem fazer parte desse futuro. É extremamente agradável ver que os empresários europeus acreditam no Brasil e os empresários brasileiros também estão aumentando sua crença em investir na Europa", avaliou.

INDÚSTRIA 4.0 – O Enrich no Brasil já começa a funcionar em 2018 com empresas de áreas consideradas estratégicas. O SENAI, por exemplo, que faz parte do grupo com 15 dos seus 25 Institutos de Inovação, tem interesse em realizar intercâmbios em temas como indústria 4.0 (a digitalização e conexão dos processos produtivos), nanomateriais, manufatura aditiva, saúde e agronegócio. Integram ainda o consórcio a Associação Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento em Empresas Inovadoras (Anpei) e o Conselho Nacional de Fundações de Amparo à Pesquisa (Confap).

"Ao participar do Enrich, o SENAI poderá firmar mais parcerias para desenvolvimento de novas tecnologias de interesse da indústria brasileira e estabelecer mecanismos mais ágeis para cooperação tecnológica com a União Europeia", avalia o diretor de Operações da instituição, Gustavo Leal. "As parcerias internacionais são importantes para que os Institutos SENAI de Inovação atendam plenamente as demandas do setor industrial, e a inauguração do escritório em Brasília é uma demonstração do grau de importância da relação com a Europa."

O Enrich no Brasil vai fornecer serviços de suporte especialmente relacionados à

tecnologia. No portfólio estão, por exemplo, a organização de rodadas de negócios, sessões de pitching (defesa de uma ideia de forma breve e cativante), realização de estudos e análises competitivas, participação em feiras e exposições comerciais, workshops, consultorias legal e financeira, treinamento em internalização e intercâmbio científico, entre outros.

A meta é estimular o relacionamento entre empresas e instituições; divulgar informações e realizar treinamentos, assim como oferecer conselho e suporte às companhias que desejam se internacionalizar.

RELAÇÕES COMERCIAIS - A União Europeia é, atualmente, o principal parceiro comercial do Brasil. Entre janeiro e outubro deste ano, o Brasil exportou US\$ 29,1 bilhões aos países do bloco e importou US\$ 26,6 bilhões.

As áreas em que os brasileiros mais investem na Europa são alimentos, tabaco, serviços financeiros, metais e aeroespacial. As empresas Moy Park, Gerdau, Companhia Brasileira de Logística (CBL), Sidenor e Embraer estão entre os principais investidores brasileiros no continente.

Já os europeus estão presentes no Brasil em áreas como metais, comunicação, automotiva, serviços financeiros, energias renováveis, carvão, óleo e gás natural. Na avaliação do Luís Fernando Corrêa da Silva Machado, subchefe do Departamento de Temas Científicos e Tecnológicos do Ministério de Relações Exteriores, o Enrich segue a mesma direção dos esforços do governo brasileiro de dinamizar as relações com os países europeus.

“Esperamos que o centro enriqueça nossa cooperação, busque pavimentar o caminho para criar soluções para a cooperação entre o Brasil e a Europa”, analisou.

Empresas brasileiras interessadas podem obter mais informações sobre o Enrich no Brasil no site eucentres.eu ou enviar email para brazil@eucentres.eu.

Os consorciados são:

- Brasil:

Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI)

Universidade de Campinas (Unicamp)

Associação Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento em Empresas Inovadoras (Anpei)

Conselho Nacional de Fundações de Amparo à Pesquisa (Confap)

- Alemanha:

Fraunhofer Gesellschaft e.V. (FHG)

Deutsches Zentrum für Luftund Raumfahrt e.V. (DLR)

- Portugal:

- Regional Centre for Information and Scientific Development (RCISD)

- Sociedade Portuguesa de Inovação (SPI)

- Bélgica: European Business and Innovation Centre Network (EBN)

- Áustria: Österreichische Forschungsförderungsgesellschaft mbH (FFG)

- Espanha: International Association of Science Parks and Areas of Innovation (IASP)

- Turquia: Sabanci University (SU)

MDIC e ABDI lançam coletânea de guias BIM

01/12/2017 – Fonte: MDIC

Com o objetivo de disponibilizar informações que orientem a prática de planejar, projetar, contratar, fiscalizar e aceitar obras públicas ou privadas em aplicações BIM (da sigla em inglês para Building Information Modelling), o Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC) e a Agência Brasileira de Desenvolvimento

Industrial (ABDI) lançaram nesta quinta-feira, em Brasília, a Coletânea Guias BIM ABDI – MDIC.

Ao todo são seis volumes de guias que estabelecem diretrizes para orientar no processo de projeto BIM. A ideia é tornar essa coletânea um ponto de referência para capacitação e qualificação técnica, além de contribuir para a redução de erros e melhoria da assertividade de editais, projetos, orçamentos e planejamento de obras públicas e privadas.

Para o secretário de Desenvolvimento e Competitividade Industrial do MDIC, Igor Calvet, o BIM contribuirá para a melhoria do ambiente de produtividade do país. "Aumentar a produtividade na construção civil significa capacitar melhor nossos profissionais e dar um ímpeto maior para o crescimento econômico, e o BIM, como plataforma tecnológica, vem ao encontro dessa estratégia maior. Além disso, o BIM tem uma importância singular de confiabilidade dos projetos, e sobretudo, para o público, no que diz respeito a transparência de projetos e redução dos custos de projetos das obras públicas", contou Calvet.

O presidente da ABDI, Guto Ferreira, também participou do lançamento e destacou a participação da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial para apresentar soluções para os setores da indústria. "Iniciativas como essa têm o potencial de levar o Brasil para outro patamar. É possível um Brasil mais competitivo e com uma indústria mais pulsante do que é hoje", reforçou.

Com a coordenação da Secretaria de Competitividade e Desenvolvimento Industrial (SDCI) do MDIC em parceria com a ABDI, a elaboração dos guias também contou com a participação de especialistas acadêmicos, gestores públicos e profissionais do setor privado.

A coletânea Guias BIM já está disponível para download. [Acesse aqui](#).

Building Information Modelling

O Building Information Modelling (BIM) é um modelo de gestão da informação utilizado principalmente na construção civil que abrange geometria, relações espaciais, informações geográficas, as quantidades e as propriedades construtivas de componentes.

O modelo é utilizado para demonstrar todo o ciclo de vida da construção, incluindo os processos construtivos e fases de instalação, e para fornecer informações sobre qualidade e quantidades de materiais, segurança, custos, prazos de construção, eficiência energética e periodicidade de manutenções preventivas. Esse modelo tem se consolidado mundialmente como um novo paradigma no desenvolvimento de projetos e na gestão e manutenção de obras.

Indústria do Brasil tem maior expansão em quase sete anos em novembro e otimismo melhora, mostra PMI

01/12/2017 – Fonte: Jornal Extra

A forte entrada de novos negócios acelerou a expansão da atividade industrial do Brasil ao nível mais elevado em quase sete anos em novembro, melhorando o otimismo dos fabricantes para o próximo ano, apontou a pesquisa Índice de Gerentes de Compras (PMI, na sigla em inglês) divulgada nesta sexta-feira.

O IHS Markit informou que o PMI da indústria brasileira avançou em novembro para 53,5, de 51,2 em outubro, "indicando uma melhoria robusta na saúde do setor". Leitura acima de 50 indica expansão da atividade.

Foi registrado crescimento nas três categorias, com destaque para o desempenho visto entre os bens de consumo.

A recuperação mais acentuada no volume de novos pedidos em quase sete anos sustentou a expansão da indústria no mês passado, com a contribuição inclusive dos mercados externos.

Com isso, o volume de produção expandiu no ritmo mais forte em quase cinco anos, com as empresas respondendo a uma demanda sólida. Isso provocou contratações de funcionários, porém a uma taxa modesta.

Ao mesmo tempo, os fabricantes compraram insumos em novembro no ritmo mais forte desde janeiro de 2013. Já a inflação dos custos chegou a um pico de 17 meses em novembro impulsionada pela energia e por mercadorias básicas, o que levou os preços cobrados ao patamar mais elevado desde fevereiro.

O IHS Markit apontou ainda que os fabricantes projetam novas melhorias econômicas, conquistas de novos clientes e diversificação de produtos, o que impulsionou o otimismo em relação à produção para o próximo ano. Assim, o nível de otimismo registrado foi o segundo mais alto desde o início de 2012.

Investimentos reagem após um ano em queda; indústria tem melhora

01/12/2017 – Fonte: Bem Paraná

O investimento na economia brasileira voltou a crescer, após um ano de quedas consecutivas. Os dados do PIB (Produto Interno Bruto) divulgados nesta sexta-feira (1º) mostram que os investimentos tiveram alta de 1,6% no terceiro trimestre deste ano frente ao verificado no trimestre imediatamente anterior. É a primeira alta após quatro trimestres seguidos de queda.

A última alta no indicador, considerado um importante termômetro da atividade econômica, havia sido no segundo trimestre de 2016. O resultado do terceiro trimestre deste ano reverteu queda de 0,7% do trimestre imediatamente anterior, encerrado em junho.

No intervalo de um ano, o investimento teve queda de 0,5%. O investimento demorou a decolar em razão da alta ociosidade na indústria e elevados estoques nas fábricas em razão da crise, do desemprego e da redução do consumo das famílias. Com vendas ruins, as empresas perdem o apetite para investir em aumento de produção ou novas linhas de produtos.

Apesar das recentes quedas da taxa básica de juros, o que barateia o crédito e em última instância pode tornar investimentos mais atrativos, ainda paira sobre a economia a nuvem da crise política e das incertezas com relação à capacidade do governo de Michel Temer em aprovar reformas no Congresso e reduzir gastos da máquina pública. O mais recente episódio da crise política é a dificuldade em implantar e votar mudanças previstas na reforma da Previdência.

O resultado do PIB mostra maior espalhamento da melhora econômica entre os diversos setores. A construção civil, no entanto, continua no limbo. O segmento, que é o principal componente da conta de investimento, ficou estável em relação ao trimestre imediatamente anterior.

Na comparação com igual período do ano passado, a queda é de 4,7%. As perdas remontam o início da crise e também a operação Lava Jato, que colocou sob suspeita a atuação das principais construtoras e empreiteiras no país.

Grandes obras pública que eram tocadas, como o Comperj, refinaria da Petrobras no Rio, estão em compasso de espera. Outro ponto é o esforço para redução das despesas do governo, que atinge o investimento público. O governo federal já anunciou congelamento de repasses do PAC e redução das despesas com o programa Minha Casa, Minha Vida.

O mercado aguarda ainda os programas de concessões de infraestrutura do governo, que ainda não deslancharam. INDÚSTRIA A indústria, que também é considerada termômetro da economia e parte importante no cálculo do PIB, tem dado sinais de recuperação ao longo deste ano.

O setor teve alta de 0,8% no terceiro trimestre frente ao segundo trimestre deste ano. Na comparação anual, a queda foi de 0,4%. O setor extrativo tem ido bem, a reboque da melhora dos preços das commodities após um 2016 de cotações em queda. O setor, que reúne as indústrias do petróleo e mineração, cresceu 0,2% no terceiro trimestre.

Indústria teme alta do juro já em 2018 se não houver reforma da Previdência

01/12/2017 – Fonte: Folha de S. Paulo

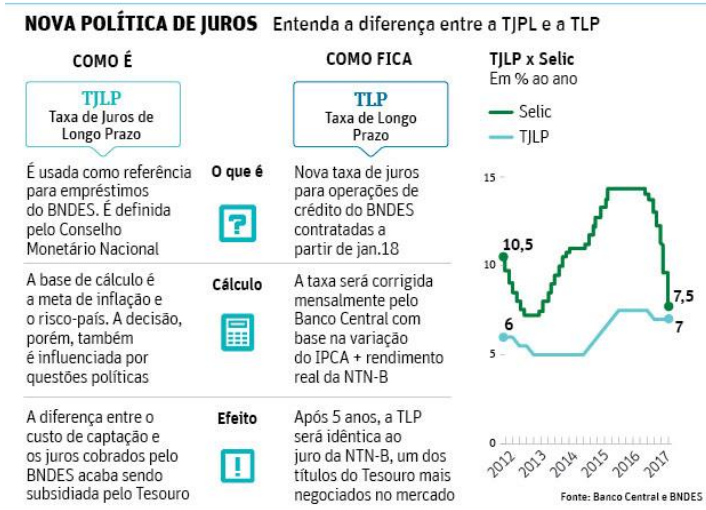


Industriais estão preocupados com os possíveis efeitos do desajuste das contas públicas, em razão, principalmente, da não aprovação da reforma da Previdência e o consequente descumprimento do teto de gastos.

A CNI (Confederação Nacional da Indústria) fez uma estimativa do que significaria o impacto de turbulências no mercado financeiro sobre o custo do financiamento para as empresas.

Segundo a CNI, o efeito prático viria já em 2018, por causa da pressão sobre os custos de empréstimos do BNDES, com a entrada em vigor, em janeiro, da TLP (taxa de juros de longo prazo).

Vinculada aos títulos públicos NTN-B, compostos por uma taxa de juros prefixada mais inflação, a TLP será o novo referencial para os empréstimos do banco estatal. A transição será gradual e terminará em 2022.



Se a reforma for aprovada, mantendo as perspectivas otimistas dos analistas do mercado, a taxa média de um empréstimo de cinco anos do BNDES seria de 8,8% ao ano.

O cálculo adota a projeção central dos analistas para a inflação entre 2019 e 2022 (4,25% no primeiro ano e 4% ao longo do período).

Considera ainda, como exercício, que a TLP já estaria completamente alinhada à NTN-B desde o início de sua vigência, ou seja, sem transição.

Numa situação mais pessimista, com a inflação no limite da meta da inflação entre 2019 e 2022 (5,75% no primeiro ano e 5,5% nos seguintes), a taxa para o empresário subiria para 11,9% ao ano.

Com a atual TJLP (taxa de juros de longo prazo), esse custo seria de 7% ao ano. "A TLP só funciona com o Estado em equilíbrio", afirma o gerente de política econômica da CNI, Flávio Castelo Branco.

"Temos que garantir esse cenário favorável. Mas ele não se materializa por vontade, mas por esforços, principalmente no campo fiscal."

Segundo Castelo Branco, um aumento acelerado do custo do financiamento ao investimento retira as condições para a volta do crescimento econômico do país.

JÁ EM ALTA

Nas últimas semanas, com o aumento das incertezas sobre a capacidade do governo em aprovar a reforma da Previdência, as taxas de juros de longo prazo nos títulos do governo começaram a subir, um indicativo de que pode haver uma piora adicional caso a principal medida do ajuste fiscal não prospere.

Castelo Branco observa, porém, que a solução não é voltar atrás e reverter a criação da TLP. Isso porque a mudança na taxa do BNDES também foi motivada pela necessidade de redução dos subsídios com recursos públicos para bancar juros mais baixos ao setor privado.

"A saída da recessão não será suficiente para resolver o problema fiscal", diz.

O economista observa ainda que o ajuste não se resume à reforma da Previdência e contempla ainda medidas para contenção de gastos com o funcionalismo.

"A reforma da Previdência pode ficar para 2019, essa é uma leitura, mas isso pode levar a tensões nos mercados e forçar uma taxa de juros mais alta do que supomos como favorável", afirma.

O Brasil pode (e deve) ser pivô dos grandes acordos comerciais

01/12/2017 – Fonte: GS Notícias

Como uma obra em construção, perpassando os governos de FHC, Lula, Dilma e Temer, a reforma do sistema de aposentadorias é polêmica, mas necessária. Apesar dos políticos, está sempre avançando. E não só aqui mas no mundo, tal como o desenvolvimento do comércio.

É a demografia (além das iniquidades entre os regimes público e privado) que força a readequação das regras previdenciárias devido ao viés universal de aumento da população idosa. E são a tecnologia e os eventos geoeconômicos que renovam o mapa do comércio no mundo -uma das áreas da economia brasileira mais resistente à inovação.

Embora aparentemente desconexos, os dois assuntos têm relação como exemplos da necessidade de atualização de velhos paradigmas, ideias e consensos. O que antes se via de um jeito, hoje se vê de outro, e mais por razões culturais, sociais e tecnológicas que políticas.

Contra tais forças da transformação não há como resistir. Elas são maiores que a vontade de governos. Na Previdência, reformas parciais deixaram um deficit de dimensões explosivas que em poucos anos sugaria toda a receita tributária se nada fosse feito. Mas será feito, pois não se trata de questão opcional. A inação nos condenaria à estagnação. Foi o que aconteceu com a indústria de ponta no Brasil.

A baixa exposição da economia ao comércio no mundo a partir dos anos 1980 encolheu o peso da indústria, com correlações negativas para a educação, o emprego, a tecnologia, a complexidade das cadeias produtivas e o crescimento.

O país se satisfaz em produzir para o mercado interno e em reduzir importações, por meio de tarifas protecionistas, juros subsidiados, incentivos tributários.

O efeito foi regressivo. Tais barreiras à concorrência externa deprimiram (e ainda deprimem, pois persistem) a agregação de valor à indústria e, sobretudo, a produtividade, sem a qual negócios não florescem e só há perdedores.

Nos últimos anos, o país teve chances de sair dessa armadilha, que levou ao atraso da indústria e bloqueou sua modernização.

Por isso, a parcela dos componentes importados nas exportações manufatureiras - indicador clássico de inserção em cadeias globais de valor- é de apenas 14,3% no Brasil, segundo pesquisa da OMC e da OCDE (com dados de 2011), enquanto na China e na Coreia do Sul alcança, respectivamente, 40% e 47%.

A oportunidade desponta, outra vez, com o redesenho dos tratados de comércio e serviços como o TPP, reunindo 11 nações da Ásia e da América Latina (México, Peru e Chile), sob a liderança dos EUA de Barack Obama. Donald Trump rompeu o acordo e ficou isolado.

O TPP foi reaberto à revelia dos EUA, coincidindo com a diretriz do líder Xi Jinping de expandir a influência do comércio e do investimento chinês, ao tempo em que Japão, Austrália e Coreia do Sul articulam com Índia e Indonésia (excluídas do TPP) estratégias que não os façam satélites da China nem reféns do humor de Trump.

Na própria América Latina, sinais de maior integração econômica estão de volta à medida que o populismo enfraquece e o Mercosul se fortalece. Em tese, o Brasil seria pivô natural nessas construções geoeconômicas, que incluem a conclusão do acordo com a Europa e a consolidação de uma zona de livre-comércio na América do Sul.

Tais oportunidades históricas não vão cair no colo. O governo tem de tomar a dianteira desse processo, além de aposentar os devaneios terceiro-mundistas e desmontar a parafernália protecionista. Não dá mais para seguir protegendo negócios maduros que vão muito bem onde a concorrência é brava. É chegada a hora da maioridade.

Refis para micro e pequenas terá pagamento inicial de 5% da dívida

01/12/2017 – Fonte: Contábeis.com

Votação programada para esta quarta-feira na Câmara foi adiada; parlamentares dizem que vão dobrar resistência da equipe econômica ao projeto

Um dos parlamentares envolvidos nas negociações da proposta, o deputado Jorginho Mello (PR-SC) afirmou que o governo pediu para adiar a votação, no plenário da Câmara, do projeto que cria um programa de parcelamento tributário, conhecido como Refis, para micro e pequenas empresas.



Ele afirmou que o setor vai trabalhar para tentar votar a matéria na próxima semana. "A imprensa deu pau e o governo ficou mais musculoso contra os pequenos empresários", afirmou Mello à reportagem. Ele se referia à matéria veiculada nesta terça-feira (28/11) pelo jornal *O Estado de S.Paulo* mostrando que, pelos cálculos da equipe econômica, o programa de parcelamento vai gerar uma renúncia fiscal de R\$ 7,8 bilhões ao longo de 15 anos de duração do parcelamento.

O parlamentar catarinense criticou a equipe econômica por se posicionar contra o Refis. Segundo ele, a renúncia fiscal com programas de parcelamento para grandes empresas é maior. "Em dois anos, foram R\$ 6,6 bilhões de renúncia para os grandes", disse.

"Mas vamos resistir e tentar votar (o projeto) na próxima semana. São 600 mil empresas que, se não tiverem o Refis, não vão pagar o Simples e o governo não vai arrecadar", acrescentou.

O líder do governo na Câmara, deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), afirmou que a votação não ocorrerá nesta semana, pois o texto final ainda não teria sido fechado. Ele disse que a área política do governo trabalha para aprovar a proposta.

"Ninguém desistiu. Vamos votar próxima semana", declarou Ribeiro, que foi o responsável por negociar o teor do texto do projeto com o setor de micro e pequenas empresas.

A pedido do governo, o setor empresarial aceitou alterar o projeto para igualar as regras do Refis para micro e pequenas empresas àquelas que valeram no último Refis para grandes companhias, encerrado em 14 de novembro.

Segundo o relator da proposta, deputado Otávio Leite (PSDB-RJ), para aderir ao Refis, as empresas que aderem ao Simples Nacional terão de pagar entrada e o saldo restante, com descontos menores do que o setor desejava.

Leite disse que o novo texto do projeto prevê que micro e pequenas empresas terão de pagar entrada de 5% do valor da dívida, que poderá ser dividida em cinco parcelas consecutivas.

O saldo após a entrada, por sua vez, poderá ser pago de três formas diferentes. À vista, com desconto de 90% em juros e 70% em multa; ou parcelado em 145 meses, com abatimentos de 80% e 50%, respectivamente, e em 175 meses, de 50% e 25%. O desconto nos encargos permanece em 100%. O prazo de adesão será de 90 dias após a promulgação da lei.

O relator disse que as mudanças nas regras foram impostas por Aguinaldo Ribeiro durante negociação com os parlamentares que estão à frente do setor e com o presidente do Sebrae, Guilherme Afif Domingos.

"O governo quer que seja igual ao Refis dos grandes", disse. Inicialmente, o setor queria poder parcelar a dívida em até 180 meses, sem pagamento de qualquer entrada.

A área econômica, porém, segue resistente ao projeto e trabalhando para que a proposta não seja aprovada.

5 multas do eSocial que a sua empresa pode sofrer se não se adequar

01/12/2017 – Fonte: Contábeis.com

Os meses de janeiro e julho de 2018 serão de extrema importância para as empresas brasileiras e também para os contadores. São nessas datas que começam a vigorar as novas regras do eSocial, que passará a ser um item obrigatório.

Os meses de janeiro e julho de 2018 serão de extrema importância para as empresas brasileiras e também para os contadores. São nessas datas que começam a vigorar as novas regras do eSocial, que passará a ser um item obrigatório. O não cumprimento das novas normas vai resultar em multas do eSocial para quem não estiver de acordo.

Assim, empresas menos organizadas correm sérios riscos de sofrerem multas pelo fato de que a partir de agora todas as informações fiscais estarão centralizadas na base de dados do governo. Muitos processos terão que ser feitos de forma mais rápida – em alguns casos de forma imediata – resultado em atropelos para quem não estiver preparado.

Nesse artigo, listamos cinco tipos de multas do eSocial às quais sua empresa está sujeita se, por alguma razão, não seguir as regras vigentes do eSocial. É importante redobrar a atenção para evitar que isso aconteça.

5 multas do eSocial que a sua empresa pode sofrer se não se adequar

1. Automatização da Folha de Pagamento

A partir de agora, há diversas novas variáveis que vão impactar na Folha de Pagamento das empresas. O documento deve ser preenchido de acordo com as novas regras, de forma que o seu departamento de Recursos Humanos, juntamente com a Contabilidade, deve ficar atento para não correr o risco de terem que pagar multas por não se adequarem.

O valor das multas, nesse caso, parte de R\$ 1.812,17. Em outras palavras, aqueles que ainda operam a Folha de Ppagamento com processos manuais correm mais riscos de cometer erros e serem obrigados a arcar com valores de multas. Se a sua empresa ainda não automatizou esse processo, considere fazer isso o quanto antes para minimizar os seus riscos.

2. Pagamento das férias

O pagamento dos valores devidos relativos às férias dos seus funcionários também precisa ser feito até a data limite, sem mais atrasos. Assim como a RAIS, o FGTS também será substituído pelo eSocial. Não respeitar as novas regras gera multa que varia entre R\$ 10,64 e R\$ 106,41 por funcionário.

No caso de reincidência, o valor será cobrado em dobro. Assim, certifique com seus dois departamentos – Contabilidade e Recursos Humanos – para que haja homogeneidade no processo, tanto no que diz respeito à assinatura dos documentos quanto à realização dos depósitos exigidos por lei.

3. Admissão de funcionário deve ser comunicada antes

Essa é outra mudança que promete pegar de surpresa muita gente por conta de ser um procedimento que está bastante enraizado na cultura organizacional das empresas. Atualmente, quando um novo funcionário é contratado, os profissionais de

RH têm até sete dias – a contar do início das atividades do colaborador – para enviar as informações dele ao CAGED.

Com o eSocial, essa regra muda e o comunicado deve ser feito um dia antes de o colaborador começar o seu trabalho. Ou seja, em muitos casos isso pode representar o adiamento da data de início do profissional em sua função. Caso a informação não seja feita no tempo previsto, a empresa estará sujeita às penalidades previstas no artigo 47 da CLT.

4. Alterações de contratos ou cadastros devem ser informadas

Sempre que houver necessidade, o empregador terá que alterar os contratos assinados ou as alterações necessárias no cadastro de um empregado. Essas mudanças devem, obrigatoriamente, serem feitas durante o período em que houver vínculo empregatício.

Essa correção dos dados é feita diretamente junto ao eSocial, em uma parte especial chamada "saneamento dos dados dos colaboradores". Nem mesmo o seu esquecimento será uma justificativa. A multa para quem não deixar todas as informações atualizadas – sem exceções – corresponde a R\$ 402,54 por pessoa.

5. Realização de exames médicos

Seja um exame médico admissional, demissional, periódico ou relacionado a uma mudança de cargo, não importa: deixar de fazer qualquer um deles agora é multa certa. O chamado Atestado de Saúde Ocupacional deve sempre ser enviado à plataforma nas datas às quais ele se fizer necessário.

Segundo o artigo 201 da CLT, ao não realizar os exames em seus funcionários, a companhia estará sujeita à multa com valor determinado pelo fiscal do trabalho. O valor a ser pago pode variar entre R\$ 402,53 e R\$ 4.025,33. Ou seja, um valor pesado para ser pago sem necessidade alguma apenas pela não observância das regras vigentes.

Governo não tem votos suficientes para aprovar a nova Previdência

01/12/2017 – Fonte: Folha de S. Paulo



O presidente Michel Temer

O governo não tem os 308 votos favoráveis necessários para aprovar a reforma da Previdência, uma das principais bandeiras da gestão de Michel Temer.

O texto deve ir à votação na Câmara em primeiro turno na próxima quarta-feira (6).

Ao menos 213 parlamentares devem votar contra a proposta, de acordo com enquete feita pela **Folha** entre os dias 27 e 30 de novembro. Veja aqui a intenção de voto de cada deputado.

O número torna impossível a aprovação da proposta, que precisa de votação maciça por ser tratar de uma PEC (Proposta de Emenda à Constituição).

Apenas 42 deputados disseram ser favoráveis ao projeto tal como apresentado pelo governo Michel Temer. Outros 11 se disseram favoráveis parcialmente, divergindo da proposta em relação a itens como exigência de idade mínima e limitação para o acúmulo de pensões.

Há ainda 44 parlamentares indecisos, 15 que afirmaram que vão seguir a posição do partido e 107 que não quiseram responder a enquete. A reportagem não conseguiu localizar 78 deputados.

A proposta apresentada pelo governo, mais enxuta do que a original, estabelece uma idade mínima de 65 anos (homens) e 62 anos (mulheres) para aposentadoria.

Outra exigência é de 15 anos de contribuição para trabalhadores do setor privado, como ocorre hoje, e de 25 anos para servidores públicos. Pela regra de cálculo proposta, serão necessários 40 anos de contribuição para receber 100% do benefício.

Nesta quinta-feira (30), o presidente da Câmara e aliado de Temer, Rodrigo Maia (DEM-RJ), reconheceu que o governo está longe de alcançar os votos necessários para aprovação da proposta.

Um dos problemas é a posição do PSDB, que reivindicou três mudanças no projeto do governo: o acúmulo de pensão e aposentadoria até R\$ 5.531 (teto do INSS), manutenção da integralidade e da paridade para servidores públicos e do valor do benefício por incapacidade permanente, seja ela causada por acidente dentro ou fora do ambiente de trabalho.

Entre a bancada tucana, 8 disseram que votarão contra a proposta, 5 que serão favoráveis e 2 que são parcialmente favoráveis. Outros 5 se disseram indecisos e 15 preferiram não se manifestar.

O partido deve fechar questão sobre a proposta na quarta-feira (6), quando as bancadas do Senado e da Câmara devem decidir a posição em reunião marcada pelo presidente interino da legenda, Alberto Goldman.

Situação parecida acontece no PMDB, partido de Temer: 10 deputados declararam voto contrário à reforma, 7 são favoráveis e 8 estão indecisos. Outros 16 não quiseram responder a enquete.

TEMOR

A resistência em apoiar a reforma deve-se à proximidade das eleições de 2018. Muitos deputados temem sofrer retaliações de seu eleitorado caso votem a favor de medidas impopulares, como a extinção da possibilidade de aposentadoria somente por tempo de contribuição.

As centrais sindicais, por exemplo, criticam as mudanças defendidas por Temer, que acusam de querer retirar direitos dos trabalhadores.

As entidades convocaram uma paralisação nacional contra o projeto para a próxima terça-feira (5), e prometem expor os deputados que apoiarem a PEC.

A possibilidade da reforma ser derrotada no Congresso já vem gerando apreensão entre investidores, intensificada com a posição do PSDB.

Para contornar a situação, o governo estuda barganhar com o Congresso. Uma das concessões em troca de apoio poderia ser a criação de um novo Refis (programa de parcelamento de dívidas) para microempresas e ruralistas –ainda que isso signifique perda de receitas para a União.

Temer deve ainda jantar com lideranças partidárias e ministros neste domingo para discutir a viabilidade da votação.

'Base não está articulada', diz Rodrigo Maia sobre reforma da Previdência

01/12/2017 – Fonte: Folha de S. Paulo

O governo ainda está longe de atingir o número necessário de votos para aprovar a reforma da Previdência, afirmou o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ), nesta quinta (30), em São Paulo.

"Se não tiver voto, não vamos marcar a data. Falta muito, mas não fiz a conta, então não vou falar um número. A base não está articulada como deveria", disse. A **Folha** fez um levantamento que indica que ao menos 210 deputados devem votar contra a reforma. Veja aqui a intenção de voto de cada deputado.

Maia ressaltou a importância do PSDB para a votação, mas sinalizou que as mudanças sugeridas pelo partido dificilmente serão aceitas. "As propostas inviabilizam a reforma, seriam mais de R\$ 100 bilhões de perda do ajuste fiscal.

Os tucanos apresentaram três reivindicações de concessões nas áreas de aposentadoria por invalidez, acúmulo de benefícios e nas regras de transição para servidores.

A estimativa do governo é que a incorporação das mudanças reduziu para menos da metade a economia esperada com a reforma, que já está em cerca de 60% da redução de gastos prevista no texto original –de R\$ 793 bilhões em dez anos, o valor caiu para R\$ 476 bilhões com a proposta apresentada.

A escolha do governador paulista Geraldo Alckmin para presidir o PSDB deverá unificar o partido, e sua posição favorável à reforma poderá favorecer a aprovação, disse Maia. "A disputa [dentro da sigla] ia acabar influenciando qualquer votação. O governador tem uma liderança forte, isso pode nos ajudar."

Maia afirmou também que a base do governo ficou desgastada após as duas denúncias contra o presidente Temer. "Mesmo parte daqueles que compreendem a importância não confirmaram."

No domingo (3), o presidente da Câmara e o presidente Michel Temer se reunirão com líderes e presidentes de partidos para contabilizar os votos favoráveis à reforma. "É a última oportunidade que o país tem de fazer a reforma sem ter a cortar salários e aposentadorias", disse.

Economia do Brasil cresce 0,1% e fica estável no 3º trimestre

01/12/2017 – Fonte: Folha de S. Paulo

O IBGE informou nesta sexta-feira (1º) que o PIB (Produto Interno Bruto) cresceu 0,1% no terceiro trimestre e ficou praticamente estável em relação aos três meses imediatamente anteriores.

Ainda assim, é o terceiro trimestre seguido de resultado positivo.

O Codace (Comitê de Datação de Ciclos), grupo de reúne economistas para estudar os ciclos econômicos no Brasil, avalia que a recessão terminou em dezembro de 2016, após 11 trimestres seguidos de queda –segundo o grupo, a recessão começou no segundo trimestre de 2014.

Em relação ao terceiro trimestre do ano passado, o PIB cresceu 1,4% entre julho e setembro deste ano. Neste ano, até setembro, a expansão é de 0,6%.

O resultado do trimestre veio um pouco abaixo do que previam os analistas, que esperavam uma alta de 0,3% ante os três meses anteriores.

Antes da divulgação deste resultado, a expectativa dos analistas era de um crescimento do PIB de 0,7% neste ano.

A principal dúvida é sobre a capacidade do país em manter a trajetória de recuperação, em meio a incertezas em relação à dinâmica das contas públicas, o que pode voltar a disparar os juros, o câmbio e a inflação.

A dívida brasileira, hoje equivalente a 74% do PIB, cresce de maneira acelerada e o governo enfrenta dificuldades em colocar em prática medidas de contenção do aumento das despesas. A principal delas, a reforma da Previdência, enfrenta forte resistência de parlamentares.

RESSUSCITA

A principal novidade deste PIB é a recuperação do investimento, que subiu 1,6% após quatro trimestres seguidos no vermelho e desde 2013 em tendência declinante.

Na comparação com o mesmo trimestre do ano passado, porém, o investimento ainda cai 0,5%.

A virada para o positivo ocorre, principalmente, em razão da maior produção de máquinas e equipamentos, uma vez que a construção civil ainda segue em crise.

A volta também tem relação com a melhora mais recente da confiança do empresário. Segundo a Fundação Getúlio Vargas, o índice de confiança do industrial cresce desde julho, retornando aos níveis do início de 2014, antes do mergulho na recessão.

Ainda assim, a taxa de investimento do país está em nível muito baixo, incapaz de sustentar uma expansão econômica mais robusta à frente.

No terceiro trimestre, a taxa de investimento foi de 16,1%, abaixo do verificado no mesmo período do ano passado (16,3%).

Economistas afirmam que países como o Brasil demandam uma taxa próxima de 25% do PIB para manter um crescimento econômico de longo prazo sem acelerar a inflação. Impulsionado pela queda da taxa de juros e pela recuperação do mercado de trabalho, o consumo das famílias subiu 1,2%, numa segunda alta seguida.

O consumo é o principal componente das contas nacionais – responde por mais de 60% do PIB – e foi estimulado também pelos saques nas contas inativas do FGTS, que injetou cerca de R\$ 40 bilhões na economia.

Em relação ao mesmo trimestre do ano passado, a alta do consumo foi de 2,2%. Já os gastos do governo engataram o quinto trimestre de recuo e caíram 0,2%.

Do lado da produção, a indústria registrou alta de 0,8% no terceiro trimestre, após o resultado negativo no período anterior.

O resultado se deveu à produção da indústria de transformação, que responde por mais da metade do peso do setor fabril no PIB.

Em relação ao terceiro trimestre do ano anterior, a expansão da indústria foi de 0,4%.

O setor de serviços, cujo desempenho é muito relacionado ao do consumo, também cresceu 0,6%. Em relação ao mesmo período do ano passado, a alta dos serviços foi de 1%.

O setor agropecuário, como era de se esperar pela sazonalidade da atividade (muito concentrada no início do ano), registrou queda de 0,3% no terceiro trimestre, ante o segundo.

Na comparação com o mesmo trimestre do ano anterior, a alta é de 9,1%.

PIB cresce 0,1% no 3º trimestre, puxado por consumo e investimentos

01/12/2017 – Fonte: Gazeta do Povo



O consumo das famílias cresceu pelo segundo trimestre consecutivo. Aniele Nascimento/Gazeta do Povo

O Produto Interno Bruto (PIB) registrou leve avanço de 0,1% no terceiro trimestre deste ano em relação aos três meses anteriores, puxado novamente pelo consumo das famílias e, desta vez, com contribuição do investimento produtivo.

Foi a terceira alta seguida do indicador, o que reforça a avaliação de que a recessão ficou para trás. No entanto, a quase imperceptível variação registrada entre julho e setembro foi também a mais fraca do ano – no primeiro trimestre o PIB havia avançado 1,3% e no segundo, 0,7%.

Na divisão por setores, a agropecuária recuou 3% na comparação com o segundo trimestre. Nessa mesma comparação, a indústria cresceu 0,8% e os serviços (que incluem o comércio), 0,6%.

Sob a ótica do consumo, os gastos das famílias aumentaram 1,2%, e os do governo encolheram 0,2%. O maior avanço foi o da Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF), que mede o investimento produtivo, com alta de 1,6% sobre o segundo trimestre. Segundo o IBGE, esse indicador havia ficado estável (0%) no segundo trimestre de 2017, após uma série de 14 trimestres consecutivos de baixa.

Na comparação com o terceiro trimestre do ano passado, o PIB subiu 1,4%. No acumulado de janeiro a setembro, a alta foi de 0,6% sobre o mesmo período de 2016. Por fim, no acumulado de quatro trimestres, que indica o desempenho anual da atividade econômica, houve baixa de 0,2%.

Vendas de combustíveis no Brasil em outubro crescem 4,4% puxadas por diesel e etanol

01/12/2017 – Fonte: Reuters

As vendas de combustíveis no Brasil em outubro cresceram 4,4 por cento na comparação com o mesmo mês do ano anterior, para 75 milhões de barris, impulsionadas pela comercialização de diesel e de etanol, informou nesta quinta-feira a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

O total vendido no país ainda registrou alta no acumulado de 2017 pela primeira vez, segundo dados da ANP, numa sinalização positiva para o setor que vem registrando

quedas anuais nos últimos dois anos. A variação do total vendido de janeiro a outubro foi de 0,2 por cento ante o mesmo período de 2016.

Patrocinado

As vendas de combustíveis no mês passado avançaram 1,7 por cento ante setembro, quando o total comercializado no país havia caído 3 por cento ante o mês anterior.

O avanço das vendas em outubro aconteceu apesar dos preços mais altos dos combustíveis no Brasil, especialmente diesel e gasolina, após o impacto de alta no PIS/Cofins nos combustíveis e com a Petrobras repassando avanços das cotações internacionais.

A ANP não divulgou comentários sobre as vendas.

As vendas de diesel, principal combustível vendido no Brasil, cresceram 6 por cento, para 30,9 milhões de barris. Na comparação com setembro, houve alta de 1,1 por cento.

No acumulado do ano, as vendas de diesel subiram 0,4 por cento.

As vendas de gasolina, por sua vez, caíram 2,3 por cento na comparação com o mesmo mês do ano passado, para 22,25 milhões de barris, enquanto subiram 1 por cento ante setembro.

No acumulado do ano, as vendas de gasolina apresentam alta de 5 por cento até outubro.

Já as vendas de etanol hidratado em outubro subiram 14,8 por cento na comparação com o mesmo mês do ano passado e cresceram 4,8 por cento ante o mês anterior, com o biocombustível mais competitivo e ganhando mercado da gasolina, cujos preços dispararam.

No acumulado do ano, entretanto, as vendas de etanol hidratado, que abastece os veículos flex, ainda apresentam queda de 13 por cento.

Setor de aço prevê alta de 4% nas vendas no Brasil em 2018

01/12/2017 – Fonte: Reuters

As siderúrgicas brasileiras deverão elevar as vendas de aço no país em 2018 em 4,2 por cento, para 17,4 milhões de toneladas, informou nesta quinta-feira o Instituto Aço Brasil (IABr), que representa as usinas.

A entidade também previu que o consumo aparente de aço no Brasil no próximo ano, número que inclui produção própria e importações, deve subir 4,9 por cento sobre 2017, para 20,1 milhões de toneladas.

Para 2017, o IABr previu crescimento de 1,2 por cento nas vendas de aço no Brasil, para 16,7 milhões de toneladas, enquanto a produção deve avançar 9,2 por cento, para 34,1 milhões de toneladas. A entidade não fez estimativas para a produção em 2018.

O IABr estimou também que as exportações de aço do Brasil neste ano deverão subir 14,5 por cento, para 15,3 milhões de toneladas, enquanto as importações vão crescer 33,5 por cento, para 2,5 milhões de toneladas. Com isso, o consumo aparente de 2017 deverá atingir 19,1 milhões de toneladas, alta de 5,2 por cento sobre o ano passado.

"A forte crise que afetou o setor nos últimos quatro anos fez as vendas voltarem ao nível de 2013 e somente em 2028 é que voltaremos ao patamar de 24 milhões de toneladas daquele ano", disse o presidente do conselho do IABr, Alexandre Lyra.

Ele acrescentou que o setor está operando com cerca de 63 por cento de sua capacidade de produção ocupada ante nível ideal de cerca de 80 por cento.

Em outubro, a produção de aço do Brasil subiu 3,9 por cento, para 3,045 milhões de toneladas. As vendas no país avançaram 6,8 por cento, a 1,468 milhão de toneladas.

Avanço do setor de aço será gradual

01/12/2017 – Fonte: GS Notícias

Siderúrgicas estimam um aumento de 4,1% das vendas domésticas em 2018, mas o desempenho não deve compensar a retração dos últimos três anos



Alta das vendas no mercado interno não recupera patamar de 2013

O mercado siderúrgico brasileiro já apresenta sinais de retomada, porém, sem grandes saltos. Para 2018, o Instituto Aço Brasil (IABr) projeta alta de 4,1% das vendas internas sobre este ano, para 17,4 milhões de toneladas.

"Saímos da maior recessão da nossa história. Temos sinais nítidos de melhora da economia, mas o crescimento do nosso setor será gradual", afirmou o conselheiro do IABr, Sérgio Leite, que também é CEO da Usiminas.

O presidente do conselho diretor da entidade e vice-presidente sênior do Grupo Vallourec na América do Sul, Alexandre Lyra, lembra que o pico de vendas de aço no mercado doméstico foi em 2013, quando os volumes atingiram 24,4 milhões de toneladas no País.

No entanto, para este ano a previsão de vendas internas é de 16,7 milhões de toneladas, alta de 1,2% em relação a 2016, o que não compensa a retração acumulada entre os anos de 2013 e 2016 de 32,2%.

Por outro lado, a produção tem indicadores um pouco melhores. De acordo com o IABr, a projeção para o volume produzido de aço bruto em 2018 é de uma expansão de 9,2% sobre este ano, para 34,1 milhões de toneladas. Grande parte da produção, entretanto, deve ser destinada aos mercados externos.

"A exportação continua sendo a única saída para impulsionar as siderúrgicas no Brasil", afirma o presidente-executivo do IABr, Marco Polo de Mello Lopes.

Contudo, medidas protecionistas por parte dos Estados Unidos impactaram os embarques brasileiros de forma significativa. Segundo Lyra, o Brasil "exporta basicamente semi-acabados", o que afasta o argumento do presidente norte-americano, Donald Trump, de que há uma invasão de aço de alta qualidade no país, prejudicando o emprego.

"Conseguimos sensibilizar o governo brasileiro para apoiar o nosso pleito para retirar essas barreiras."

Lopes salientou o baixo nível de utilização da capacidade instalada pelo parque nacional. "A indústria local deveria operar a cerca de 80% da sua capacidade, mas operamos em 63% atualmente, o que é extremamente baixo", pontua.

Entre as medidas para impulsionar o mercado doméstico, o IABr destaca uma coalizão entre entidades setoriais para promover o mercado da construção civil. "Devemos apresentar o tema à sociedade na próxima semana", disse.

Acumulado do ano

Segundo balanço da entidade, de janeiro a outubro a produção de aço bruto cresceu 8,5% sobre o mesmo período do ano passado, para 28,5 milhões de toneladas. No entanto, se for retirado o desempenho da Companhia Siderúrgica do Pecém (CSP) - que entrou em operação no ano passado -, o avanço foi de apenas 3,4%.

"Se excluirmos o efeito da CSP, o aumento da produção de aço bruto é bem menor", complementa Lyra.

Borgwarner avança na remanufatura de turbos

01/12/2017 – Fonte: Automotive Business

A Borgwarner começa a colher os resultados da implantação de uma linha de remanufatura de turbos dentro de sua fábrica de Itatiba (SP) em 2016, na qual reaproveita turbinas usadas captadas no mercado e troca parte dos componentes internos. "Serão 30 mil peças em 2017 e cresceremos 20% em 2018", afirma o gerente geral de aftermarket, Néelson Bastos.

O trabalho envolve inspeção, troca de eixos, mancais e balanceamento do conjunto. Renovados, esses turbos recebem nova plaqueta de identificação, são embalados e seguem para o mercado de reposição. Também são vendidos para montadoras de caminhões e ônibus, que as instalam em motores retificados ou as revendem em sua rede autorizada. A empresa está apta a remanufaturar os 250 modelos que produz em Itatiba.

"As turbinas usadas são captadas em nossos distribuidores ou por uma empresa de logística reversa, que também recolhe baterias, embreagens e outros produtos que podem ser remanufaturados", diz Bastos. "Poderíamos remanufaturar um número bem maior de peças, mas nossas turbinas usadas também são compradas por recondicionadores. E eles pagam um valor maior do que podemos porque têm custos menores que os nossos", diz Bastos.

O executivo trata esses recondicionadores como piratas porque eles mantêm gravada na turbina a logomarca Borgwarner ou de outros fabricantes de turbos. De acordo com uma pesquisa realizada pela companhia, essas turbinas recondicionadas em desacordo com a legislação respondem por 40% das peças à venda no mercado de reposição, considerando as novas e as recuperadas com ou sem critério.

"Identificamos 13 empresas que praticam essa pirataria e já temos advogados e peritos trabalhando ao nosso lado para resolver o problema", afirma Bastos. "Uma peça remanufaturada custa 70% do valor da nova e dura tanto quanto. Já encontramos peças piratas com preço acima do nosso, mas elas duram 40% a menos."

Outra consequência do trabalho malfeito é o aumento de 4% a 8% no consumo. "Um caminhão que rodar 150 mil quilômetros em um ano gastará R\$ 90 mil a mais com diesel", afirma o gerente geral de aftermarket.

"Nos ônibus urbanos o problema é ainda mais grave porque, além do consumo, aumenta também o desgaste da embreagem, já que o motor perde força e exige mais

trocas de marcha”, informa o supervisor de desenvolvimento e assistência técnica, Newton Juliato.

Ele afirma que os dois turbos com maior demanda são o K16 e o K24, que custam, respectivamente, R\$ 1,6 mil e R\$ 1,9 mil quando remanufaturados pela Borgwarner. Dentro da empresa, as turbinas usadas recolhidas no mercado são desmontadas, limpas e inspecionadas numa área de 208 metros quadrados. “Criamos uma linha de desmontagem onde trabalham sete pessoas. A instalação das novas peças ocorre dentro da linha de montagem normal da fábrica, envolvendo outros cinco trabalhadores”, diz Juliato. A Borgwarner só repara as próprias turbinas.

A empresa já foi consultada pela VW sobre a possibilidade de remanufatura do turbo utilizado pelo Up! TSI, que a própria Borgwarner fabrica em Itatiba, mas a falta de carcaças disponíveis no mercado ainda impede a operação.

FALSO OU VERDADEIRO

As turbinas chamadas de piratas pela Borgwarner utilizam as carcaças ou “cascos” dessa e de outras marcas. Em regra são vendidas sem embalagem ou envolvidas apenas em plástico. O aspecto geral da peça parece normal.

As remanufaturadas pela Borgwarner têm aparência melhor, recebem uma etiqueta metálica com QR code em substituição à plaqueta instalada no turbo quando novo e são embaladas em uma caixa de papelão. Uma etiqueta de papel branco colada sobre a embalagem traz outro com QR code, dois códigos de barras, diferentes números e a identificação do conteúdo, tudo muito bem impresso.

Em sentido horário a partir do alto, à esquerda: turbina remanufurada pela Borgwarner tem aparência geral melhor, recebe etiqueta com QR code e é vendida dentro de embalagem com várias informações e códigos muito bem impressos, que atestam o trabalho feito pela própria fábrica



Engie quer levar transparência ao mercado de reparação automotiva

01/12/2017 – Fonte: Automotive Business

“Ao levar o carro a uma oficina para consertar, muitos motoristas já tiveram a sensação de serem enganados. Queremos acabar com isso e aumentar a transparência desta relação.” É assim que Gal Aharon resume a função da Engie, empresa da qual é cofundadora ao lado de Alon Hendelman e que conta ainda com a colaboração de Uri Levine, um dos criadores do Waze.

Ela veio ao Brasil para lançar o serviço no mercado local: um dispositivo que, conectado ao carro, usa as informações do sistema OBD para diagnosticar problemas e reunir uma série de dados do automóvel, que são apresentados ao motorista em um aplicativo de celular.

A empresa já conta com 200 mil clientes em cinco países, incluindo Estados Unidos e México. A meta, no entanto, é escalar bastante este volume com a chegada ao Brasil, onde o plano é alcançar 2,5 milhões de usuários. O número corresponde a 5% da frota

nacional que a empresa estima em 50 milhões de veículos. “Parte importante dos carros em circulação têm mais de nove anos e teriam mais interesse na solução, já que ainda não são conectados”, avalia Gal.

A tecnologia pode ser usada em qualquer automóvel, novo ou usado, desde que tenha sido fabricado depois de 2002, quando o OBD já era implementado de fábrica. A solução foi criada para garantir que, ao levar o carro a uma oficina, o consumidor saiba exatamente qual é o defeito que o veículo apresenta.

Na prática, no entanto, O Engie oferece bem mais do que isso, garante a empreendedora. Além de poder detectar mais de 10 mil defeitos, o sistema alerta o dono do carro sobre a necessidade de manutenção preventiva, traz informações de consumo de combustível e ainda de tempo de condução do automóvel.

MONETIZAÇÃO COM AS OFICINAS

O modelo de negócio não está apoiado em receitas geradas com o consumidor, que paga a partir de R\$ 59 para comprar o dispositivo no Brasil e usa o aplicativo de forma totalmente gratuita. A ideia é mostrar na plataforma as oficinas mais próximas do carro, com a avaliação dos usuários que fizeram serviços lá. Caso o cliente precise lidar com um defeito repentino, ele pode procurar um lugar confiável perto de onde está e ainda fazer uma cotação on-line para ter certeza de que está fazendo o conserto na oficina mais barata.

“Vamos cobrar um porcentual do mecânico quando o cliente for levado até ele pelo aplicativo e fizer o serviço. Dessa forma garantimos uma relação vantajosa para todos: o cliente soluciona um problema e os profissionais conseguem atrair novos consumidores quando oferecem preços competitivos e só nos pagam quando o negócio é, de fato, fechado”, enumera Gal, dizendo que o tamanho desta comissão ainda não está definido.

Ela calcula que, só pela possibilidade de comparar preços, a solução garanta economia média de 35% ao consumidor. Ao cobrar valor baixo para que o usuário use a solução, a empresa espera escalar o negócio rapidamente no Brasil. Assim como o Waze, o Engie funciona melhor quanto mais usuários tem.

O volume, reforça a empresa, torna a base de dados robusta, garantindo diagnósticos precisos, volume maior de avaliação dos serviços das oficinas e, claro, mais interesse dos mecânicos em oferecer cotações dos serviços no app.

Por enquanto a plataforma começa a rodar no Brasil somente com a função de diagnóstico e informações do carro e com a localização das oficinas, sem o preço dos serviços. Nas próximas semanas a equipe da Engie vai apresentar o aplicativo aos mecânicos, que devem começar a incluir suas informações na plataforma de olho na oportunidade de atrair clientes.

Fundada em 2014 a startup recebeu investimento inicial de US\$ 3,5 milhões de fundos internacionais. Agora, para expandir a sua atuação para outros mercados, a Engie fez nova captação. A empresa não revela, no entanto, o valor desta segunda rodada e o aporte feito para o lançamento no mercado brasileiro.

Metalúrgica DS tem recuperação judicial aprovada

01/12/2017 – Fonte: Automotive Business

A Metalúrgica DS, fabricante de cubos de roda, discos e tambores de freio, obteve nesta semana a aprovação de seu plano de recuperação judicial pelos credores. A empresa, com sede em Nova Veneza (SC), atua no mercado de reposição há 38 anos,

tem sob sua alçada 430 funcionários e uma fábrica com capacidade para 2,6 milhões de peças por ano, que atendem mais de 1,7 mil modelos em vinte países.

“A aprovação do plano foi resultado de uma minuciosa negociação com os credores e será essencial para manter as atividades da empresa e retomar o crescimento do faturamento, gerando novos empregos e beneficiando diretamente a economia de Santa Catarina, além de contribuir para o saldo da balança comercial brasileira por meio de exportações para toda a América Latina, Central e do Norte”, comenta Frederico Scarpellini, sócio da EXM Partners, responsável pela elaboração do plano de recuperação em conjunto com a Vero Via Assessoria Empresarial e o escritório Mandel Advocacia.

Com o agravamento da crise iniciada em 2014, a empresa acumulou dívida equivalente a R\$ 31 milhões, envolvendo 1.125 credores. Destes, 627 trabalhistas receberão o valor devido em até 12 parcelas mensais a partir da homologação do plano. A dívida com 240 credores sem garantia real e com os 256 credores de micro e pequenas empresas terão deságio de 60% sobre o valor nominal do crédito, com saldo remanescente de 40% pago em 15 anos, com carência total de 18 meses, a partir de 30 dias da decisão judicial que homologar a aprovação do plano de recuperação.

“Trabalhamos em uma proposta que contemplates assessoria financeira, gestão empresarial, constante negociação com credores, além do tratamento às questões jurídicas, com o objetivo de manter os fundamentos econômicos da empresa e permitir um crescimento sustentável num futuro próximo”, acrescenta Scarpellini.

Henkel prevê aumento dos negócios com carro elétrico

01/12/2017 – Fonte: Automotive Business

A fabricante de produtos adesivos Henkel prevê um aumento expressivo no volume de adesivos, selantes a partir do avanço das novas tecnologias para a indústria automotiva, como carros elétricos e autônomos conectados no futuro.

“Uma janela de oportunidades incrível está se abrindo para a Henkel. Hoje, um carro leva em média 17 kg de adesivos e esse volume deve aumentar significativamente, bem como o valor agregado dessas soluções com tecnologias mais avançadas”, afirma o diretor de adesivos para indústria automotiva da Henkel, Murilo Brotherhood.

“Baterias de íon lítio para carros elétricos requerem maior controle da temperatura, e o aumento de minicomputadores e equipamentos elétricos para os carros autônomos demandam mais adesivos de alta performance para proteção em condições adversas e uma adesão segura.”

Segundo estudo da consultoria Frost & Sullivan, até 2030, os carros autônomos responderão por 10 a 15% da frota circulante da Europa. Até lá, os veículos elétricos deverão ocupar até 75% daquele mercado, estima outra pesquisa realizada pela Universidade Tecnológica do Paraná.

As principais tendências de evolução tecnológica da indústria automotiva apontam para o uso maior de adesivos e selantes, como câmeras e sensores e seus componentes eletrônicos a fim de fixá-los e protegê-los. A empresa se antecipa e diz que já possui dez diferentes soluções para câmeras em carros autônomos.

No caso de baterias de íon lítio, a empresa possui produtos para o gerenciamento do calor, desenvolvidas para proteger as baterias do superaquecimento. Segundo a Henkel, adesivos e selantes podem reduzir de 10% a 15% o peso do automóvel ou cerca de 140kg a menos.

Sotreq lança software para monitorar máquinas de construção

01/12/2017 – Fonte: Automotive Business

A Sotreq desenvolveu o software VisionLink dedicado ao mercado de máquinas de construção para monitorar e enviar diagnósticos de falha de forma preventiva, auxiliando nas manutenções e programações de paradas, reduzindo os custos operacionais. Com ele é possível obter uma visão geral sobre a saúde e manutenção do veículo, bem como o consumo de combustível, localização, horímetro (medição de horas trabalhadas), eventos casuais e alertas.

“A plataforma oferece acesso via web ou mobile e os gestores de frotas recebem notificações de alertas via e-mail ou SMS para acompanhar o desempenho da operação, imprevistos e auxiliando no controle da frota e de cada veículo”, explica o coordenador de novos negócios e tecnologia da Sotreq, Carlos Arantes.

A ferramenta foi adquirida pela construtora Barbosa de Melo, que optou instalar o software em duas escavadeiras, uma motoniveladora e um trator de esteira. Em um mês de monitoramento, a empresa informa que foi possível evitar a perda do motor da escavadeira, gerando uma economia de R\$ 80 mil com a manutenção.

“Isso ajudou a evitar gastos de manutenção e trouxe ganho na utilização. Com o VisionLink, reduzimos o tempo de inatividade que é quando a máquina está ligada sem estar efetivamente trabalhando. Ao detectar falhas e erros de operação, o VisionLink envia alertas por e-mail. Com isso, nos permite parar o quanto antes e realizar o reparo, não cabendo mais somente ao operador avisar do problema”, conta o engenheiro mecânico da Construtora Barbosa Mello, Arthur Figueiredo Silva.

“O alerta informa o usuário o que está acontecendo, sinalizando o compartimento com defeito. O mecânico dirige-se ao local e verifica o problema pontualmente, economizando o tempo de paralização do equipamento, algo que, em média, pode ser de 20 dias”, complementa o técnico de monitoramento do Centro de Monitoramento de Condições da Sotreq, Rodrigo Otone.